

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36710	48787/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**DESPACHO**

**Processo:** 2021/450.10.018/4

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Processo de migração

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

**Processo:** 2021/450.10.018/4

**Assunto:** Legalização voluntária - Prorrogação

**Local:** Rua dos Restauradores (Lugar de Valinhos), Palmeira

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34756 de 12 de Novembro de 2025.

**RESOLUÇÃO**

De acordo com a informação que antecede, o visado não procedeu, ainda, à legalização voluntária das obras realizadas sem o devido controlo prévio pelo que se propõe lhe seja concedida uma prorrogação de 60 dias úteis para o efeito, notificando-o, com conhecimento à IAPMEI - Agência Para a Competitividade e Inovação, I. P. nos seguintes termos:

- Com vista à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 1, do artigo 102.ºA do RJUE, na sua redação atual, foi concedida a V. Exª, uma prorrogação de prazo, dispondo de **60 (sessenta) dias úteis**, para dar cumprimento ao teor ofício 21956, de 26/07/2024.
- Caso não proceda à legalização voluntária das obras em causa ou sua demolição, atendendo a que não é possível a sua legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas a exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º A do RJUE, na sua atual redação, visto estarem em causa cálculos de estabilidade, este Município irá ponderar a realização de trabalhos de correção ou alteração, se possível ou a demolição coerciva das obras em causa, nos termos do n.º 2, do artigo 102º e dos artigos 105.º, 106.º, 107.º e 108.º do RJUE, na sua redação atual.

**Despachos**

- A 12/11/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Subscribo.  
No entanto, não demonstrando o interessado vontade em conformar o executado com as normas legais e regulamentares aplicáveis, propõe-se a concessão de um último prazo para o efeito. Findo esse prazo, sem o correspondente impulso processual, iniciar-se-á o procedimento coercivo a expensas daquele.



Atendendo que a competência para a legalização de operações urbanística pertence ao órgão executivo do Município, propõe-se seja o assunto sujeito a deliberação camarária."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

